

Insalubridade: uma vitória da categoria

Justiça acata a Ação Cautelar interposta pela ADUFLA e determina o restabelecimento dos pagamentos dos adicionais aos docentes afetados pela medida

Com polêmica decisão da direção da UFLA de cortar de forma “preventiva” os adicionais de Insalubridade e Periculosidade, a ADUFLA impetrou ação pela sustação da medida, na qual foram apresentados elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano, ficando demonstrada a presença de tais requisitos para a suspensão da medida.

Trata-se de ação judicial com pedido de tutela provisória de urgência em nome de todos/as docentes da UFLA para que a Universidade não mantenha os cortes nos pagamentos de adicionais de insalubridade “enquanto perdurar a revisão e atualização dos processos de concessão de adicional de insalubridade, devendo qualquer modificação ser processada caso a caso, conforme conclusões do estudo a ser realizado, e não de forma geral e prévia”.

Ou seja, a UFLA não atendeu ao que preconiza a lei, e realizou cortes nos adicionais sem os devidos cuidados relacionados aos procedimentos administrativos ligados à atualização dos laudos técnicos.

A tutela de urgência somente é proferida se, segundo o próprio juiz, existir “probabilidade da existência do direito invocado, somada à demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo”. Ou seja, o mesmo percebeu pelos documentos apresentados pelo sindicato e pela UFLA que estavam presentes estes dois pressupostos.

Segundo o julgador, “se a UFLA descurou do dever de controle das atividades de seus servidores em locais anteriormente considerados insalubres a ela atribuível, inviável prejudicar os próprios beneficiários do adicional de insalubridade pela omissão da autarquia na prática desses mesmos atos de controle, o que, como dito alhures, deve ser permanentemente revisto”.

Afinal, muitos tinham laudos técnicos exarados pela própria Universidade, portanto, válidos até sua revisão, que não foi realizada pela UFLA. Por fim, o Juiz Federal decidiu:

“Com essas considerações, defiro o requeri-



mento de tutela de urgência, para determinar à UFLA que proceda ao imediato restabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade a todos os substituídos que tiveram a referida verba suprimida preventivamente pela autarquia para adequação ao que determinou o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na Orientação Normativa n. 04/2017, até que sejam elaborados os competentes laudos técnicos de condições ambientais de trabalho até ulterior manifestação judicial, sob pena de cominação de multa diária em caso de injustificada demora no cumprimento.”

Com esta decisão, os/as docentes tiveram seu direito reestabelecido, sendo que ainda é necessário esperar que todos processos jurídicos sejam tomados para que o reestabelecimento ocorra na prática.

Enquanto isso, vale ressaltar que:

1- Esta é uma decisão relacionada ao caso

daquelas e daqueles que tiveram seu adicional de insalubridade suspenso arbitrariamente;

2 - Docentes que ainda não entraram com o pedido de adicional de insalubridade e tenham direito ao mesmo em função de sua atividade laboral devem fazê-lo e comunicar a ADUFLA por meio de documentos todas etapas e respostas da Universidade, pois novas ações devem ser ajuizadas no tempo.

Docentes da UFLA conquistaram um enorme ganho com sua Seção Sindical habilitada pelo Sindicato Nacional (o ANDES) a realizar a substituição processual, ou seja, representar todos e todas em conjunto frente a perdas de direitos e desmandos administrativos.

Todavia, vale lembrar que um sindicato como a ADUFLA-ANDES-SN se baseia na construção coletiva de lutas e na real democracia de base. Portanto, chamamos todos e todas a manterem-se participantes ativos da vida de seu sindicato.

Editorial : “Acaba, 2017!” (Página 2)

ADUFLA 50 Anos: Um capítulo à parte na história de lutas com a primeira presidência formada por mulheres (Página 3)

Medida Provisória que suspende os reajustes salariais em 2018 é inconstitucional (Página 4)

ANDES-SN deve entrar na Justiça contra MP 805 (Página 5)

Conheça os campeões do torneio ADUFLA 50 anos (Página 7)

Editorial

Acaba, 2017!

Se 2016 foi um ano trágico para a democracia brasileira, 2017 foi um ano de ataques ao povo brasileiro.

As reformas neoliberais e entreguistas do governo ilegítimo reduzem muito a qualidade de vida do povo brasileiro e nos posicionam em um patamar abaixo no nível de civilidade.

Povo sem direitos é povo sem dignidade e que luta apenas para sobreviver.

Apesar de todos os prejuízos, o conjunto dos/as trabalhadores e trabalhadoras ainda está inerte, com suas entidades representativas sem saber o que fazer. Afinal, não se terceiriza a luta por direitos, delegando a um pequeno grupo de diretores e diretoras a tarefa de demolir os grupos que se apossaram do poder com a sanha de aumentar ainda mais a sua concentração de renda.

Os ataques foram tantos, que 2017 parece um ano que não termina nunca, sem nos dar um fôlego para debater com as bases o impacto de cada retirada de direitos. Ainda assim, a direção da Adufla neste ano empenhou-se em trazer parlamentares para discutir as reformas junto à nossa base. Estivemos firmes na mobilização com outros setores da sociedade lavrense, que construiu o Fórum Municipal de Lutas. Participamos ativamente na construção das mobilizações nacionais de abril, maio e junho, rumo à greve geral. Internamente, temos feito muitos esforços para melhorar a comunicação e poder levar à base as informações sobre os ataques e impactos à nossa carreira e direitos, chamando a todas e todos para a luta. Aprimoramos a relação com a assessoria jurídica a fim de promover maior agilidade na defesa dos direitos de nossos associados e associadas.

O imobilismo do povo, no entanto, gera ainda mais confiança da elite que quer fazer tudo agora, nessa janela de oportunidade.

O que vai sobrar depois?

Nossa tarefa passa por insistir com nossos pares sobre a necessidade de sair do comodismo, para entrarmos na luta pelos nossos salários, aposentadorias e planos de carreira.

E precisamos encarar com firmeza todas as barreiras que nos foram impostas, como as ameaças de corte de dias parados, viabilizadas por assinaturas de pontos existentes apenas no período de paralisação.

Devemos superar também a dificuldade colocada pela tentativa de partidos políticos e seus simpatizantes, que outrora estavam no Governo, mas que agora desejam nos ver na luta para retaliar quem eles mesmos colocaram como aliados. Os ataques aos sindicatos em todo país passam pela política eleitoral partidária vestida de luta de classe e de categoria.

Apesar de indignados com tergiversações de toda sorte, devemos optar por lutar pela união da base de docentes federais, visando salvar o que ainda nos resta de direitos e da possibilidade de ainda trabalhar em uma universidade pública e gratuita.

Não haverá universidade plural, livre e autônoma em um regime privado de cobranças por resultados financeiros imediatos. Quem se ilude com este canto de sereia, ainda não passou por instituições privadas de ensino.

Acreditamos que podemos mais com nossa união e continuaremos nossa missão de convocar docentes para a luta.

Pois se você não luta pelos seus interesses, não adianta cobrar, nem deve ter esperanças em manter direitos

Vamos esperar 2018 com força renovada. Venham para a luta, pois só a luta muda a vida. E o sindicato é nossa única ferramenta para defesa de nossos direitos.

Saudações sindicais e universitárias.

- AGENDA ANDES -

06/12/2017 - NITEROI-RJ

Debate "Os efeitos da Reforma Trabalhista no Direito do Trabalho"
Realização: Centro Acadêmico Evaristo da Veiga - UFF

07/12/2017 - MARABÁ-PA

Reunião da Diretoria da Regional Norte II do ANDES-SN
Realização: Reg. Norte II do ANDES-SN

08/12/2017 - SAO PAULO-SP

Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas
Realização: CSP-Conlutas

09/12/2017 - BRASILIA-DF

Reunião conjunta do GTHMD com a Comissão da Verdade do ANDES-SN
Realização: GTHMD / Comissão da Verdade do ANDES-SN

22 a 27/01 - SALVADOR-BA

37º Congresso do ANDES-SN com o tema central: "Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma universitária de Córdoba"
Local: Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Salvador - BA
Realização: ANDES-SN

Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Diretoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.uffa.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Jp06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

ADUFLA 50 ANOS

Um capítulo à parte na história de lutas da ADUFLA S. Sindical

Professoras Iraziet da Cunha Charret e Giovana Augusta Torres formaram a primeira presidência feminina da entidade no triênio 2004/2006

A participação das mulheres ao longo desses 50 anos da ADUFLA resultou em passagens importantes na história da instituição. Em 1975, a professora Janice Carvalho foi a representante da associação na assembleia de criação do ANDES, na cidade de Piracicaba-SP. De lá para cá, a presença feminina se fortaleceu na ADUFLA culminando com a eleição das professoras Iraziet da Cunha Charret e Giovana Augusta Torres para presidente e vice-presidente na primeira diretoria formada só por mulheres na linha de frente, na gestão 2004/2006. Mais recentemente, a entidade viria a ter outra presidência feminina com Júlia Moreto Amâncio, entre 2014/2016.

As duas ingressaram juntas na UFLA, em novembro de 1997, na chamada “turma dos 109”, um grupo grande de professores(as) contratados(as) naquele ano. Ambas tinham vivência do movimento estudantil e chegavam num momento de transformação efetiva da UFLA, que deixava de ser uma instituição exclusivamente agrária para se tornar uma Universidade.

Iraziet conta que no ano seguinte à sua chegada já se viu dentro da greve de 1998, que lutava entre outras questões contra as políticas do Governo FHC de desmonte da universidade pública e da carreira dos servidores. Internamente, a então ASPESAL passava por um momento conturbado, com dívidas e com pouca representatividade. Em 2000, assumiu o cargo de secretária na gestão do professor José Tarcísio Lima e atuou diretamente no processo de transformação da entidade em uma seção sindical do ANDES. “Foi um processo de reestruturação e saneamento da entidade, de aproximação com os aposentados, de grande mobilização que culminou na transformação da associação em seção sindical. Não tínhamos amparo legal. Os professores eram obrigados a se filiarem ao SindUFLA para poder cobrar seus direitos em eventuais ações na Justiça, por exemplo. Era uma necessidade, e a categoria entendeu, dando-nos o aval para a mudança, que aconteceu no final daquela gestão”, lembra a professora.

No triênio seguinte, Iraziet assumiria a vice-presidência na gestão do professor Roberto Alves Braga Jr. Foi uma época de construção da representação sindical da entidade, do fortalecimento da base política, de mobilização, de mostrar que a entidade não era de um grupo apenas, mas de toda a categoria. Foi também o início de um embate sério em relação à participação cada vez maior das fundações dentro das universidades, num processo onde a UFLA se destacava no cenário nacional devido a um processo de mercantilização interna que tomava proporções alarmantes via a criação dos cursos à distância que eram pagos.

Nessa mesma gestão, Giovana foi primeira secretária e também vivenciou o embate sobre a relação entre as Fundações e a Universidade. “Quando ingressei na UFLA, a ideia que se vendia era de que o sistema de cobrança via fundação era bom para a universidade e para o professor. Era um modelo instituído e no qual grande parte dos docentes eram envolvidos para captação de recursos. A partir das questões levantadas pelo ANDES-SN muitos/as docentes começaram a se dar conta das irregularidades envolvidas e do desvio de energia que deveria estar sendo destinada à graduação, à pós-graduação, à pesquisa e à extensão. Foi sendo construído um consenso entre muitos que chegaram junto comigo de que tínhamos que defender a universidade como uma instituição pública e gratuita. E o que acontecia na UFLA era, na nossa opinião, um claro processo interno de privatização por meio da fundação”, conta ela.

Na gestão seguinte foi eleita como vice-presidente da ADUFLA, junto com a Iraziet, em um momento em que a discussão sobre as fundações chegara ao seu ápice. Ela conta que eram embates duros entre aqueles que defendiam o modelo, um grupo forte e influente dentro da instituição, e os engajados em defender os princípios que caracterizam a universidade pública. “A construção daquela diretoria era o resultado do enfrentamento dessa questão, que era inclusive uma bandeira do ANDES e que foi levada adiante pela ADUFLA. Tínhamos inclusive um dossiê interno preparado na gestão anterior, do professor Roberto, sobre isso. Essa disputa entre o público e o privado era o centro dos embates”, destaca Giovana.



As professoras Iraziet da Cunha Charret (DEX) e Giovana Augusta Torres (DBI) na atual sede da ADUFLA, inaugurada durante a gestão das duas à frente da entidade, em dezembro de 2006

Iraziet lembra que no auge da polêmica ela presidiu uma assembleia que considera a mais difícil da ADUFLA entre todas nas quais participou. “Fui com a advogada da ADUFLA do meu lado. Me sentia ameaçada. Nos chamavam de ‘vermelhinhos’, por sermos na maioria simpatizantes do PT. Nós acusavam de estarmos tirando o ganha pão das famílias. Éramos massacrados”.

Mais tarde, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, o próprio MEC acabaria por regulamentar a atuação das fundações nas universidades, dentro da reestruturação das Instituições de Ensino Superior. “A política de resgate das universidades do governo Lula, com recuperação de salários, mais recursos para as IFES e a própria regulamentação da atuação das fundações esvaziou a discussão em torno da questão. Para nós que assumimos a postura de defender a universidade pública e gratuita nos tempos de crise foi uma recompensa assistir mais tarde o fortalecimento do caráter público das universidades via financiamento oficial. Foi gratificante testemunhar a ampliação do sistema de ensino superior federal e o crescimento da pesquisa, da pós-graduação e da extensão com base nos marcos regulatórios de qualidade que devem pautar a universidade. Valeu a pena!”, conta com certo orgulho a professora Giovana.

Uma outra meta daquela gestão ‘feminina’ da ADUFLA foi a construção da nova sede da entidade, já que o antigo imóvel no Campus Histórico teria que ser desocupado. “Com as finanças em dia após as gestões dos professores José Tarcísio e Roberto, pudemos executar o projeto da nova sede, mais adequada ao dia-a-dia da entidade e mais perto dos associados. Esse foi um outro legado que deixamos na nossa gestão, fruto do trabalho de toda a equipe e que resultou na inauguração do prédio sede atual em novembro de 2006”, ressalta a professora Giovana, que hoje ocupa o cargo de diretora de mobilização da entidade. “Infelizmente, todo o esforço para privatizar as universidades federais, com estrangulamento da carreira dos servidores públicos e do financiamento das instituições na era FHC voltou a nos assombrar nos últimos tempos e, aparentemente, com mais força. Por isso, o momento é, de novo, de luta acirrada em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade”, alerta Giovana.

MP 805 que suspende reajuste é inconstitucional

Medida Provisória que cancela os reajustes salariais em 2018 e eleva a contribuição previdenciária foi publicada no Diário Oficial da União em 30/10

A Medida Provisória 805/17, editada pelo presidente da República, Michel Temer, ataca profundamente os direitos dos servidores públicos federais, incluindo os docentes federais. A MP, que foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) no dia 30 de outubro, adia para 2019 as modificações nas tabelas remuneratórias da carreira do professor federal, previstas para agosto de 2018. Estas tabelas são frutos do acordo firmado na greve de 2015 previsto na Lei 13.325/2016, que altera a Lei 12.772/2012.

Inconstitucional

Segundo a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, ao prorrogar para 2019 as alterações na tabela remuneratória, que já estavam previstas em lei anterior, a medida ataca um direito já adquirido pelos docentes, sendo dessa forma, inconstitucional. “Tendo sido o direito ao reajuste assegurado a partir de termo certo, o Estado não poderia, ainda que por nova lei ou medida provisória, alterar esse entendimento. Isso porque a garantia do direito adquirido, enquanto pressuposto da segurança jurídica, é oponível também à lei”, diz a análise preliminar da AJN.

Outra alteração promovida pela MP, que é alvo de críticas da assessoria jurídica, é o aumento da contribuição previdenciária dos atuais 11% para 14% sobre a parcela do salário que exceder R\$ 5.531,31 (teto que é pago pelo Regime Geral, a cargo do INSS), alterando a Lei 10.887/04, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público, entre outras questões. Essa alteração terá efeito a partir de em fevereiro de 2018.

“Nessa sistemática, para os servidores que receberem valores iguais ou inferiores ao teto do INSS, não haverá modificação do percentual contributivo, permanecendo os 11%. Contudo, os servidores que receberem valores maiores do que o teto, serão frontalmente prejudicados. Vale acrescentar que essa medida também implicará no aumento da contribuição dos servidores aposentados, majorando-a para 14% sobre o valor de sua aposentadoria que ultrapassar o teto do INSS. A contribuição dos aposentados está prevista na Constituição Federal desde 2003 e, agora, além da permanência da sua previsão, determinou-se a majoração da alíquota”, aponta a nota da AJN.

Os impactos do aumento da contribuição

previdenciária para os docentes foram sistematizados pelo tesoureiro do Sindicato Nacional, Amauri Fragoso de Medeiros, tomando como exemplo o salário do professor doutor, com jornada de 40 horas semanais, em regime de dedicação exclusiva. De acordo com os cálculos, o montante de confisco salarial, que os docentes terão com o aumento da alíquota, pode chegar a R\$ 6 mil por ano. Confira a tabela ao lado.

Funpresp

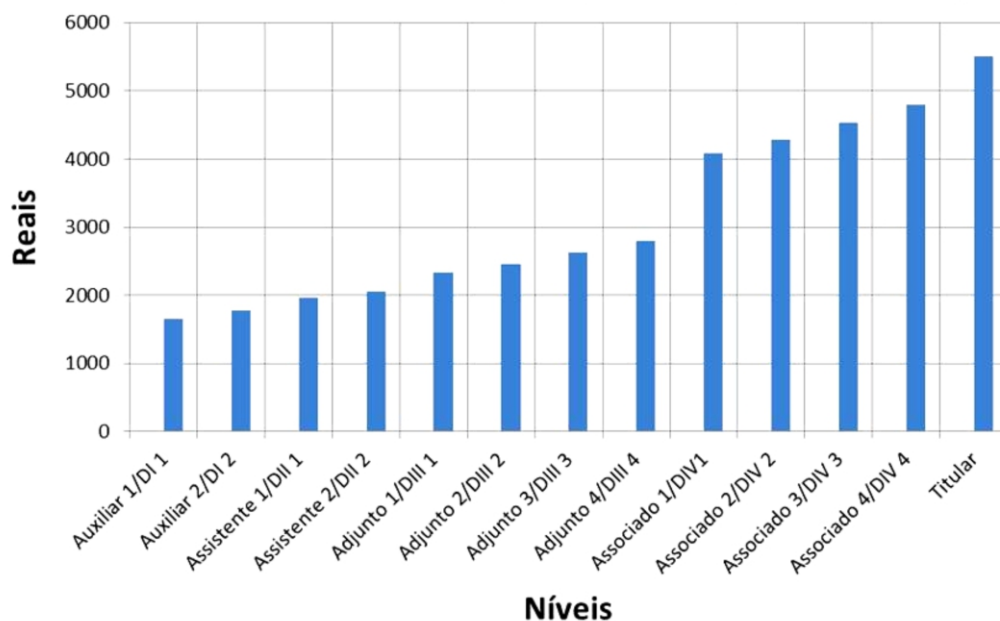
Ainda de acordo com a assessoria jurídica do ANDES-SN, a MP 805/2017 tem o nítido propósito de não apenas arrecadar maior valor a título de contribuição previdenciária, mas, também, de fomentar a migração dos servidores públicos ao Funpresp. “Essa afirmação decorre do fato de que a migração ao Funpresp impõe a limitação da aposentadoria futura do servidor ao teto do INSS, o que gera a sensação falsa de que o servidor contribuirá com menor valor”, explica o texto jurídico.

A AJN ressalta, entretanto, que a opção de migração ao Funpresp é potencialmente lesiva, “na medida em que retira do servidor a possibilidade de receber um benefício público superior

ao teto do INSS, aderindo esse servidor ao sistema de previdência complementar. Esse sistema implica na necessidade de acumulação de contribuições previdenciárias a uma entidade privada, que incide sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do INSS, no percentual de 7,5%, 8% ou 8,5%. Contudo, o sistema não gera a garantia real de qual será o valor do benefício futuro. O benefício da previdência complementar é diretamente proporcional ao montante existente na reserva individual do servidor, mas ele também arca com o risco do negócio, na medida em que essa poupança será investida no mercado de investimentos e de capitais. Se esses investimentos não obtiverem o retorno esperado, o prejuízo é integralmente do servidor”.

Embora já esteja em vigor, a medida precisa ser votada no Congresso para ter mantida a sua validade. A matéria foi lida pela mesa da Casa na terça-feira (31), e já foi aberto o prazo para apresentação de emendas ao texto, que se encerra em 5 de novembro. A matéria vai ser examinada em Comissão Mista do Congresso Nacional a ser instalada. Pela regra de alternância das Casas, a presidência ficará a cargo de um deputado e a relatoria será designada a um senador.

Perda Anual do Professor Doutor DE (MS/EBTT) provocada pelo aumento da alíquota para 14% (MPV 805/2017)



Fonte: Amauri Fragoso de Medeiros (Tesoureiro do ANDES-SN)

Orçamento UFLA - 2016

	Projeto de Lei	Liquidado	Saldo
Orçamento*	R\$ 316.587.408,00	R\$ 307.288.260,00	R\$ 9.299.148,00 ↓
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais decorrentes do pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	R\$ 80.790,00	R\$ 90,00	R\$ 80.697,00 ↓
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	R\$ 132.588,00	R\$ 46.656,00	R\$ 85.932,00 ↓
Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	R\$ 180.000,00	R\$ 54.640,00	R\$ 125.360,00 ↓
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	R\$ 1.102.372,00	R\$ 1.155.132,00	R\$ 52.760,00 ↑
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 29.024.255,00	R\$ 30.810.905,00	R\$ 1.786.650,00 ↑
Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Lavras	R\$ 4.000.000,00	R\$ 221.938,00	R\$ 3.778.062,00 ↓
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	R\$ 2.420.440,00	R\$ 1.641.178,00	R\$ 777.262,00 ↓
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 45.579.499,00	R\$ 38.478.538,00	R\$ 7.100.961,00 ↓
Pessoal Ativo da União	R\$ 145.940.298,00	R\$ 157.644.206,00	R\$ 11.703.908,00 ↑
Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	R\$ 47.078.213,00	R\$ 53.843.849,00	R\$ 6.765.636,00 ↑
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	R\$ 0,00	R\$ 7.150,00	R\$ 7.150,00 ↑
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 3.102.096,00	R\$ 4.027.392,00	R\$ 925.296,00 ↑
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$ 240.000,00	R\$ 854.592,00	R\$ 614.592,00 ↑
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$ 92.040,00	R\$ 92.627,00	R\$ 587,00 ↑
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$ 5.520.000,00	R\$ 7.064.194,00	R\$ 1.544.194,00 ↑
Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 5.917.809,00	R\$ 4.233.542,00	R\$ 1.684.267,00 ↓
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 289.600,00	R\$ 284.772,00	R\$ 4.828,00 ↓
Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 25.887.408,00	R\$ 6.826.857,00	R\$ 19.060.551,00 ↓

* Considerados somente valores contantes no Projeto de Lei Orçamentário aprovado para 2016 e valores liquidados ao longo do exercício

Orçamento UFLA - 2017

	Projeto de Lei	Liquidado	Saldo
Orçamento*	R\$ 341.920.550,00	R\$303.896.612 ,00	R\$38.023.938 ,00 ↓
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	R\$ 132.588,00	R\$ 75.040,00	R\$ 57.548,00 ↓
Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	R\$ 140.000,00	R\$ 0,00	R\$ 140.000,00 ↓
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	R\$ 3.987.116,00	R\$ 3.919.148,00	R\$ 67.968,00 ↓
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 33.121.725,00	R\$ 32.303.074,00	R\$ 818.651,00 ↓
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	R\$ 1.596.120,00	R\$ 1.152.654,00	R\$ 443.466,00 ↓
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 42.728.836,00	R\$ 29.183.002,00	R\$ 13.545.834,00 ↓
Pessoal Ativo da União	R\$ 167.541.586,00	R\$ 158.237.628,00	R\$ 9.303.958,00 ↓
Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	R\$ 56.753.356,00	R\$ 58.884.279,00	R\$ 2.130.923,00 ↑
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 4.549.836,00	R\$ 3.878.242,00	R\$ 671.594,00 ↓
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$ 839.928,00	R\$ 855.626 ,00	R\$ 15.698,00 ↑
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$109.248,00	R\$ 50.306,00	R\$ 58.942,00 ↓
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	R\$ 6.959.232,00	R\$ 6.524.170,00	R\$ 435.062,00 ↓
Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 5.776.362,00	R\$ 4.598.170,00	R\$ 1.178.192,00 ↓
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 289.600,00	R\$ 167.695,00	R\$ 121.905,00 ↓
Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 17.395.017,00	R\$ 4.067.579,00	R\$ 13.327.438,00 ↓

* Considerados somente valores contantes no Projeto de Lei Orçamentário aprovado para 2017 e valores liquidados ao longo do exercício

** Valores de 2017 computados até 18/12/2017, data da última pesquisa realizada pela ADUFLA S. Sindical

Fonte: SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-Sic)

Link para pesquisa: <https://siop.gov.br/siop/>

(Por meio deste link, qualquer cidadão consegue obter as informações referentes ao orçamento de qualquer órgão público acessando o "Painel de Orçamento" e, em seguida, "Consulta Livre ao Orçamento".

Encontro Jurídico do ANDES-SN define estratégias

Plenária discutiu a participação do Judiciário na retirada de direitos e definiu ações de combate à Reforma da Previdência e MP 805/17

Mais de cinquenta docentes e advogados de todo o Brasil se reuniram nos dias 25 e 26/11, em Brasília (DF), para o Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN. Na pauta, a participação do Poder Judiciário na retirada de direitos em curso e a definição de estratégias de combate às medidas como a contrarreforma da Previdência e a Medida Provisória (MP) 805/17, que adia reajustes salariais e a aumenta a contribuição previdenciária dos SPFs. Também foram discutidas a Lei das Terceirizações, a Contrarreforma Trabalhista, a nova versão da Contrarreforma da Previdência, a Negociação Coletiva no serviço público, a criminalização de movimentos sociais e temas diretamente ligados à carreira docente, como progressões e promoções.

Ação contra MP 805

Entre as ações aprovadas, o ANDES-SN ingressará como Amicus Curiae (amigo da corte) nas três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) contra a MP 805, que já estão no Supremo Tribunal Federal (STF). Concomitantemente, as seções sindicais devem avaliar a entrada com ações na Justiça Federal de primeiro grau nos estados contra as ilegalidades contidas na Medida Provisória em questão. Cada seção sindical moverá duas ações distintas, uma contra o adiamento das modificações nas tabelas remuneratórias e outra contra o aumento da alíquota previdenciária.

Jacob Paiva, 1º secretário e encarregado de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, ressaltou a grande participação no encontro e afirmou que isso demonstra que a categoria demanda um maior debate sobre as questões jurídicas. O docente destacou dois deba-



Evento em Brasília reuniu mais de 50 participantes de diversas Seções Sindicais

tes fundamentais que ocorreram no encontro. “Em relação à contrarreforma da Previdência, fizemos uma avaliação das implicações da nova versão do projeto, apresentada por meio de um substitutivo. Entendemos que o governo quer jogar a responsabilidade nas costas dos servidores públicos, usando o discurso falacioso de que teríamos privilégios”, critica Jacob.

Outro encaminhamento ressaltado pelo diretor do ANDES-SN foi em relação às perseguições sofridas pelos docentes nas universidades e institutos. “Uma deliberação importante foi a criação de uma comissão, com docentes e advogados, que analisará as perseguições políticas advindas de defensores do Escola Sem Partido, assim como outros processos de criminalização de atuação sindical ou em movimentos sociais”, completa o encarregado de Assuntos

Jurídicos do ANDES-SN.

ADUFLA presente

Os advogados da ADUFLA Ruben Dely Veiga e o professor Gustavo Seferian Machado (DIR), diretor da ADUFLA, participaram do encontro. Dely ressaltou que as ações em andamento contra as medidas do Governo Temer começaram a surtir efeitos, dada a decisão da Justiça Federal do Distrito Federal que proibiu a divulgação da campanha de “Combate aos Privilégios” a favor da Reforma da Previdência, que coloca os servidores públicos como “vilões” do sistema.

Em relação às ações isoladas das Seções Sindicais, Dely informou que a posição da ADUFLA será discutida pela diretoria da entidade e da assessoria jurídica da instituição.

Os constantes ataques aos direitos sociais intensificam adoecimento docente

O aumento da carga de trabalho, a precarização das condições laborais, a mercantilização do ensino, a expansão desordenada das instituições e o produtivismo são algumas das fontes relevantes de sofrimento no trabalho docente, conforme o resultado de pesquisas realizadas nas diversas IES no país. Os levantamentos mostram um cenário preocupante enfrentado por professoras e professores, que sofrem desde reações alérgicas e distúrbios vocais, passando por estresse, assédio moral, depressão e até casos de suicídio.

Desde 1983, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta essa categoria profissional como a segunda colocada na lista das profissões mais propensas a desenvolver doenças de caráter ocupacional. Além dos proble-

mas do dia-a-dia, a expansão universitária de forma precarizada, as crescentes exigências de produtivismo acadêmico e as pontuações da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) são apontadas como principais responsáveis pelo aumento de quadros de sofrimento e adoecimento.

Para agravar o quadro, a tramitação no âmbito legislativo da contrarreforma da Previdência e as já aprovadas reforma Trabalhista, Lei das Terceirizações - que permite a terceirização em todas as áreas nas esferas pública e privada -, a Emenda Constitucional (EC) 95 - que congela os gastos públicos por 20 anos -, e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - que aprofunda a privatização da ciência e

tecnologia públicas -, resultarão em consequências perversas para a carreira docente e, logo, para as relações de trabalho nas instituições públicas.

“Se o docente não entra nesta maratona do produtivismo, é taxado de preguiçoso. Hoje em dia, o que está acima de tudo é o quanto você produz na forma de artigos. As contrarreformas em curso interferem na saúde do trabalhador e, caso aprovadas, o impacto será catastrófico na vida dos docentes, que terá uma sobrecarga maior e por mais tempo. Aposentar será uma exceção”, ressaltou Sirliane de Souza Paiva, 2º vice-presidente da Regional Nordeste I e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional.



CONTROLE FINANCEIRO - AGOSTO/ 2017

Despesas Clube	
Funcionários	R\$ 24.335,47
Contas Fixas	R\$ 3.109,54
Material de Consumo	R\$ 2.507,66
Material de Reforma	R\$ 3.492,00
Material Esportivo	
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.500,00
Manutenção Geral	R\$ 607,50
Evento	R\$ 4.657,69
Evento Alimentação	
Evento Escalação Func.	
Evento Musico	
	R\$ 42.209,86

Despesas Escritório	
Funcionários	R\$ 6.646,01
Faxina	R\$ 486,70
Contas Fixas	R\$ 533,73
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 41,90
Material e Manut. Informática	R\$ 380,00
Material de Consumo	R\$ 291,23
Manutenção Café	
Manutenção Geral	
Estagiárias	R\$ 759,37
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	
	R\$ 9.138,94

Despesas Gerais	
Contador	R\$ 1.190,00
FGTS, DARF, GPS	R\$ 8.207,62
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 5.137,54
Contrib. Sindical	R\$ 195,65
Correios	R\$ 133,56
Tarifas Bancárias	R\$ 480,30
	R\$ 16.702,59

Despesas Sindicais	
Andes	R\$ 12.297,37
Advogado BH	R\$ 3.660,03
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	R\$ 1.770,00
Jornal Impressão/Agendas	R\$ 860,00
Ressarcimento	R\$ 914,15
Passagem/Hotel	R\$ 5.478,61
Despesas diversas	R\$ 2.714,75
Diligência	R\$ 180,00
	R\$ 28.811,91

Clube	R\$ 42.209,86
Escritório	R\$ 9.138,94
Gerais	R\$ 16.702,59
Sindicais	R\$ 28.811,91
RECEITAS DO MÊS	R\$ 96.863,30

Saldo Anterior	R\$ 3.133,55
Contracheque	R\$ 78.631,05
Débito em conta Seguro	R\$ 1.357,92
Débito em conta Mensalidade	R\$ 2.750,00
Débito em conta Pensionistas	R\$ 1.540,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$ 1.559,00
Boleto Mensalidade	R\$ 600,00
Boleto Sócio Especial	R\$ 303,00
Boleto Tênis	R\$ 396,00
Resgate	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 99.270,52

CONTROLE FINANCEIRO - SETEMBRO/ 2017

Despesas Clube	
Funcionários	R\$ 20.057,28
Contas Fixas	R\$ 3.065,85
Material de Consumo	R\$ 883,13
Material de Reforma	R\$ 3.562,70
Material Esportivo	R\$ 656,20
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.824,00
Manutenção Geral	R\$ 993,72
Evento Decorativo	
Evento Alimentação	
Evento Escalação Func.	
Evento Musico	
	R\$ 33.042,88

Despesas Escritório	
Funcionários	R\$ 7.485,98
Faxina	R\$ 410,10
Contas Fixas	R\$ 1.021,20
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 141,60
Material e Manut. Informática	R\$ 903,54
Material de Consumo	R\$ 831,84
Manutenção Café	R\$ 34,00
Manutenção Geral	
Estagiárias	R\$ 759,37
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	
	R\$ 11.587,63

Despesas Sindicais	
Andes	R\$ 9.327,28
Advogado BH	R\$ 3.284,55
Advogado Lavras	R\$ 971,80
Diárias	R\$ 1.008,90
Jornal Impressão/Agendas	
Ressarcimento	R\$ 239,80
Passagem/Hotel	R\$ 1.311,19
Despesas diversas	R\$ 150,00
Diligência	R\$ 403,40
	R\$ 16.696,92

Despesas Gerais	
Contador	R\$ 1.190,00
FGTS, DARF, GPS	R\$ 7.237,08
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 5.030,26
Contrib. Sindical	R\$ 195,65
Correios	R\$ 953,15
Tarifas Bancárias	R\$ 416,25
	R\$ 16.380,31

Clube	R\$ 33.042,88
Escritório	R\$ 11.587,63
Gerais	R\$ 16.380,31
Sindicais	R\$ 16.696,92
RECEITAS DO MÊS	R\$ 77.707,74

Saldo mês anterior	R\$ 2.400,22
Contracheque	R\$ 79.423,30
Débito em conta Seguro	R\$ 1.357,92
Débito em conta Mensalidade	R\$ 2.860,00
Débito em conta Pensionistas	R\$ 1.540,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$ 1.559,00
Boleto Mensalidade	R\$ 710,00
Boleto Sócio Especial	R\$ 268,00
Boleto Tênis	R\$ 363,00
TOTAL	R\$ 90.481,44

Reajustes nos Planos de Saúde da Unimed foram formalizados

Após meses de negociações, os novos contratos entre a ADUFLA e a Unimed foram assinados em novembro, formalizando os reajustes acordados entre as partes. Uma comissão com representantes da diretoria e dos associados foi formada para apresentar uma contraproposta para que se chegasse a um ponto de equilíbrio entre os valores. A discussão em torno dos percentuais chegou na Assembleia Docente com a participação de representantes da Unimed, que realizaram explanação sobre a proposta apresentada pela operadora e responderam os questionamentos dos associados presentes.

Devido à demora em se chegar a um termo final que atendesse tanto os associados quanto a operadora, os novos valores serão retroativos ao mês de setembro, ficando definido que o aumento da mensalidade de setembro será cobrado junto da mensalidade de novembro, ao passo que a de outubro virá junto a de dezembro 2017.

Confira abaixo como ficaram os reajustes de cada um dos planos em vigor:

Modalidade Coletivo Adesão Unimed - Adufla Uniplan (Nacional) - 4001
Reajuste de 8% a partir de setembro/2017

Modalidade Coletivo Adesão Unimed - Adufla Local - 4004
Reajuste de 9% a partir de setembro/2017

Modalidade Coletivo Adesão Unimed - Adufla Sul de Minas - 4006
Reajuste de 10% a partir de setembro/2017

Modalidade Coletivo Adesão Unimed - Adufla Uniplan Nacional - 4007
Reajuste de 7% a partir de setembro/2017

Torneios ADUFLA 50 Anos

Os torneios realizados no Clube de Campo para celebrar os 50 anos de ADUFLA foram um sucesso, com a participação de 146 atletas docentes de 15 departamentos da UFLA, resultando num total de 37 partidas disputadas entre os dias 9 e 30 de novembro, nas modalidades de futsal, futebol society, tênis, peteca, volei, truco e xadrez.

Os vencedores receberam medalhas e troféus e mostraram boa forma e espírito desportista para encarar os desafios e escrever seus nomes na história da associação.

Destaque também para o empenho da diretoria do clube e do apoio da secretaria da

ADUFLA para que as competições pudessem acontecer em bom nível de organização.

O Departamento de Engenharia (DEG) foi o campeão geral com 47 pontos, seguido dos Departamentos de Biologia (DBI) e Ciência dos Solos (DCS). Entre os destaques individuais aparecem Leonardo Silveira Paiva (DEG), no volei; Ana Paula Peconick (DMV/DSA) no truco; João Bosco dos Santos (DBI), na peteca; Paulo Henrique Leme (DAE), no tênis; e Matheus Pugina de Freitas (DQI), como artilheiro do futsal com quatro gols.

Confira as equipes campeãs e seus integrantes.



Volei: Paulo Vítor Grilo de Souza, Gabriel Araújo Silva Ferraz, Vinicius Miranda Pacheco, Leonardo Silveira Paiva, Danton Diego Ferreira, Filipe Oliveira e Silva, Gisele Borges Moura, Danilo Alves de Lima e Francisco Carlos Gomes (DEG)



Futsal: José Nelio, Bruno Del Bianco Borges, Marcos Rodrigues de Matos, Thiago Costa, Geraldo Marcio da Costa, Marcos Pedrosa, Regis Oliveira, Marcelo Bolisa, Peter Bitencourt, Aparicio Santos, André Pereira, Jairo Neves dos Reis, Antônio Carlos C. L. Junior (DMV e DAS)



Peteca: Cláudio Lúcio Mendes e Eduardo van den Berg (DED e DBI)



Tênis: Marcel Gustavo Hermes e João Candido de Souza (DBI)



Futebol Society: Gilberto Coelho, Ricardo R. Magalhães, Sandro P da Silva, Danton Diego Ferreira, Danilo Alves Pereira, Carlos Eduardo S. Volpato, Lucas Henrique P. Abreu, Fábio Domingues de Jesus, André Geraldo C. Ribeiro, Maykmiller Carvalho Rodrigues, Geraldo Magela Pereira e Tiago José P. de Oliveira (DEG)



Truco: Carlos Eduardo Silva Volpato e Danilo Alves de Lima (DEG)



Xadrez: Leonardo Prativieira Deo (DEG)



Ato conjunto promoveu debate contra os retrocessos

Evento realizado pela ADUFLA, SindUFLA, DCE e APG discutiu as investidas contra a carreira dos servidores e a defesa da Educação Pública

Em 10 de novembro, a ADUFLA, o SindUFLA, o DCE e a APG realizaram um Ato Conjunto contra os Retrocessos e em Defesa da Educação Pública, no Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais em todo o país.

O encontro realizado no Centro de Convivência da UFLA serviu para debater a atual conjuntura e os impactos dos ataques contra a universidade pública no país, em especial diante das perspectivas nada animadoras para 2018.

O evento foi o primeiro a ser realizado dentro de uma proposta de união de forças entre as entidades representativas dos docentes, discentes e técnicos-administrativos da universidade para fortalecer a luta contra as ameaças de desmonte da educação pública no país e da



própria carreira dos Servidores Públicos.

A meta será ocupar cada vez mais os espaços para discussão e debates em torno de questões de luta em pontos consensuais entre as diferentes categorias, fortalecendo o movimento e ampliando o trabalho junto às bases e a própria comunidade acadêmica.



Participaram do Ato Conjunto o presidente da ADUFLA, professor Francisval de Melo Carvalho, o técnico-administrativo Marco Otávio, representando o SindUFLA, a estudante Danie-la Cardoso, representando o Diretório Central dos Estudantes, e Giovana Reis pela Associação de Pós Graduação.

Semana da Consciência Negra: AFRONTa UFLA!

O DCE "Por Todos Os Cantos" promoveu entre os dias 20 e 24 de novembro a Semana da Consciência Negra: Afronta UFLA!, que contou com a realização de mesas de debates, oficinas de cartazes, cinema e apresentações musicais que serviram como instrumentos para defender a bandeira contra o preconceito e a discriminação e pelo reconhecimento do povo negro como elemento formador da cultura brasileira.

O evento contou com a parceria do CA de Direito, CA de Administração Pública, CA de Medicina Veterinária, Levante Popular da Juventude, Coletivo Laroyê, Maracatu, Yebá, Uníginga e ADUFLA. O DCE entende que todo dia é dia de se debater a questão racial no Brasil, mas

também sabe que o dia 20 de novembro serve como lembrete da importância de se lutar contra a discriminação racial.

A humanização dos futuros profissionais e do indivíduo enquanto ser social e político é fundamental para que sejam desconstruídos preconceitos e para que se proporcione um melhor convívio acadêmico e social. Por isso, o evento teve como principais objetivos debater questões como a intolerância religiosa, o racismo e as ações afirmativas; contribuir para o empoderamento de negras e negros que compõem a nossa comunidade estudantil; promover cine-debates, rodas de conversa, jogos e manifestações artísticas que promovam a reflexão sobre a questão racial no Brasil e promover a conscientização acerca dos direitos humanos.

Isabela Mari



Histórico das greves



45 dias de paralisação

Reivindicações

- Reposição de 38,5%; - Reajuste igual ao INPC do semestre; - Implantação de reajuste trimestral;
- Aposentadoria integral; - Adicional de DE (dedicação exclusiva), acima de 50%; - 5% de produtividade;
- Adicional de 5% por quinquênio; - Verbas de OCC (Conta de Custeio) para as IFES fundacionais.

Resultados

- Reajuste de 75.06% (a partir de setembro);
- Liberação de Cr\$ 60 bilhões (cruzeiros) para IFES;
- Promessa de criação de Planos de Cargos, garantindo isonomia entre Fundações e Autarquias.